

O papel da psicologia escolar no enfrentamento à evasão de alunos

Vilma Aparecida Bianchi

Como citar: BIANCHI, Vilma Aparecida. O papel da psicologia escolar no enfrentamento à evasão de alunos. *In:* BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael; MIGUEL, Priscila Caroline; SILVA, Matheus Estevão Ferreira da (org.). **A formação ética do educador em contextos diversos**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.69-96. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-473-8.p69-96>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O Papel da Psicologia Escolar no Enfrentamento à Evasão de Alunos

Vilma Aparecida BIANCHI⁴

Introdução

Mesmo tendo passado cinco séculos e suas várias transformações históricas, a economia que antes era agrária-comercial-exportadora deu um salto para se tornar uma economia baseada na industrialização e tecnológica. E mesmo frente a tantas mudanças, a estrutura educacional continua agindo como transmissora de ideologias das elites atendendo de forma mais ou menos satisfatória uma pequena parcela da sociedade. Para falar em educação não podemos deixar de considerar sua História percorrida até os dias de hoje, para que os erros cometidos não se repitam, mas que sirvam como base para o aperfeiçoamento das novas propostas. Segundo Massi e Giacóia (1998, p. 351), a “educação é um processo essencialmente humano, pois a única que dela carece”.

A falta de políticas públicas assertivas, de conteúdo didáticos contextualizados com a realidade dos alunos e interesse dos familiares, compromisso e colaboração dos pais ou responsáveis, somados a

⁴ Doutoranda em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: vilma.bianchi@unesp.br

preocupação das instituições escolares em apenas entregar um conteúdo para cumprir uma agenda, sem nenhuma preocupação com o sentido ou a falta dele na vida de seus alunos, são problemas corriqueiros que tem colaborado com os altos índices de faltas dos alunos e a evasão escolar. Precisamos pensar sobre esse assunto e utilizaremos dos pensamentos de Massi e Giacóia para justificar;

[...] o ser humano, precisamente em função de sua dignidade, não é coisa, mas pessoa. Pessoa é sujeito moral, investido de um valor absoluto, que se expressa não por um preço, mas pela dignidade, o que transforma a pessoa em indivíduo insubstituível na singularidade absoluta de seu valor próprio. Este valor é o que impede que uma pessoa possa ser considerada ou tratada apenas como meio ou instrumento segundo o qual se obtém ou intenciona a um fim arbitrário. Quando isso ocorre, violenta-se a dignidade da pessoa e se atenta contra a humanidade. (MASSI; GIACÓIA, 1998, p. 358).

Refletir sobre a razão e os diversos motivos que leva uma criança ou um jovem a estar fora da escola é buscar um caminho para entender e consecutivamente propor soluções efetivas para diminuir a evasão escolar.

A Psicologia tem um papel fundamental na comunidade escolar, ajudando a escola em um trabalho multidisciplinar ampliando seus olhares na defesa de questões sociais e políticas, para o desenvolvimento de práticas contextualizadas e com foco nas transformações sociais, e desenvolvimento integral do indivíduo considerando sua realidade social, política e econômica.

Afinal, quando o aluno não se reconhece como parte desse espaço, talvez, seja porque a instituição não acolheu a realidade desse

aluno ou dessa comunidade. A escola como instituição que possui um sistema aberto e, portanto, responsável pela educação formal e mediadora do indivíduo e da sociedade deve conhecer a realidade principalmente da comunidade onde pertence e é sua tarefa articular a vida escolar com a vida social de seus alunos.

A escola tem uma importância imensurável na vida das crianças, ela vai além do ensino formal. A escola deixa marcas no crescimento e no desenvolvimento de valores, de princípios necessários ao longo de toda a vida. Uma escola acolhedora pode deixar bons registros na vida das crianças, fortalecendo o processo de aprendizagem e principalmente as relações.

A falta de motivação e a evasão escolar é um problema antigo que a educação enfrenta e é papel da escola elaborar propostas para aproximar e envolver a comunidade em que está inserida em suas práticas pedagógicas para diminuir os conflitos e a evasão escolar. Porém, muitas de suas práxis não trazem o retorno esperado, pois de nada adianta trazer os alunos e seus familiares para dentro da escola os envolvendo com ações que não leve em consideração a realidade em que vivem, reproduzindo o que acontece dentro das salas de aula com um ensino conteudista, como se fossem capazes de deixar sua realidade social, econômica e política do lado de fora do portão, como se os muros tivessem o poder de levá-los a uma outra realidade. Sem nenhuma preocupação, quem são estes estudantes? Quais são suas realidades sociais? Os seus direitos estão sendo respeitados? Como funciona sua dinâmica familiar? Quais as expectativas que os estudantes e seus familiares têm em relação à escola?

Qualquer proposta da escola sem considerar estas e outras questões sociais se torna uma prática descontextualizada segregando

ainda mais a escola e a comunidade. E se a evasão escolar que já era uma questão preocupante, torna-se um tema emergencial devido a Pandemia COVID-19, pois esta mudou toda forma de ensino, as aulas presenciais tornaram-se *on-line*, agravando ainda mais a realidade social e excludente em que se encontra a educação no Brasil.

A pandemia do COVID-19 escancarou as desigualdades socioeconômicas, contribuindo para o abandono escolar. Quantas crianças não tinham acesso aos estudos virtuais por não terem computadores, celulares e mesmo a conexão da internet.

O presente trabalho pretendeu compreender como a psicologia pode auxiliar no enfrentamento a evasão escolar, repensando técnicas que ajude a desenvolver interesse e sentimento de pertencimento aos alunos disponível, para tal se faz necessário os seguintes objetivos específicos, como: discutir a importância de encontrar sentido nas práticas de ensino foi apresentado como se dá a relação escola e comunidade repensando práticas que à favoreça, compreendendo também como a mesma influencia a evasão escolar.

Metodologia

A pesquisa foi realizada conforme processo formal e sistemático que visa à produção, ao avanço do conhecimento e/ou à obtenção de respostas para problemas, mediante emprego de método científico. Foram respeitados os direitos dos autores das literaturas utilizadas neste estudo, conforme determinado na Lei 9610 de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi uma revisão de literatura, fundamentada em livros, artigos científicos e sites confiáveis referentes ao tema abordado.

Fachin (2003), define a revisão de literatura como aquela que diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

Foram utilizados artigos científicos encontrados em bancos de dados como: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, ERIC, Educ@ e Periódicos Portal Capes. Sendo utilizados os seguintes descritores: psicologia escolar, evasão escolar, comunidade escola, alienação.

Foram selecionados os trabalhos científicos apropriados ao tema, disponibilizados na língua portuguesa entre os anos de 2000 a 2022. Foram desconsiderados os artigos publicados anteriormente ao ano de 2000, os que não estavam presentes em banco de dados científicos, os que não condiziam com o tema objeto deste trabalho e os que não estavam na língua portuguesa.

Foram encontrados 120 estudos no total de buscas em todas as bases de dados citadas, sendo 35 da *SciELO*, 30 da ERIC, 25 da Educ@ e 30 do Periódicos Portal Capes. Após a leitura de forma cautelosa e crítica dos títulos e resumos, foram selecionados inicialmente 68 estudos observando os critérios de inclusão e exclusão. Destes, 28 foram excluídos, por não somarem a essa revisão e, portanto, estarem enquadrados nos critérios de exclusão. Ao final da seleção, foram inclusos 40 estudos que integram a presente revisão.

As Contribuições da Psicologia no Enfrentamento à Evasão Escolar

A Psicologia, ciência que estuda os processos mentais e o comportamento humano, tem sua área de atuação e aplicação, levando em conta a complexidade de seu objeto de estudo. Sua base metodológica utiliza de instrumentos para investigar a memória, a aprendizagem, a motivação, a percepção, a linguagem, a inteligência e o comportamento social.

Tais práticas tinham suas origens no Movimento Higienista, outro movimento que teve um marco no desenvolvimento da Psicologia Escolar foi denominado Escola Nova que defendia a democratização, permitindo um olhar para além das práticas normativas e classificatórias, possibilitando uma nova atuação do psicólogo escolar com um novo panorama sobre aprendizagem considerando a realidade social do aluno. De acordo com Zanella (2003) o professor e o aluno buscam o mesmo objetivo como crescimento, aprendizagem e evolução.

Sendo assim, a psicologia pode favorecer a transformação no ambiente escolar, Dugnani (2006) nos traz que a psicologia em uma perspectiva crítica pode contribuir para tais mudanças. Segundo Tanamachi e Meira (2003) a psicologia pode colaborar criando espaços de diálogos que visam a reflexão sobre as possibilidades de transformações fortalecendo a capacidade de reflexão de seus agentes, expandindo todo seu potencial autônomo, criativo e transformador. De acordo com Moreira e Guzzo (2014) as ações da psicologia na escola devem considerar a realidade de toda comunidade escolar nas dimensões políticas, pessoais e institucionais contribuindo para melhoria das relações e da qualidade do ensino.

Martinez (2005), afirma que a inclusão escolar tem sido um dos temas mais debatidos no cenário educacional atual e não há dúvida em relação à necessidade de se trabalhar em prol da Educação Inclusiva, garantindo a igualdade e respeitando as diferenças. Dessa forma, percebe-se que historicamente as relações entre Psicologia e a Educação sempre tiveram um foco de atenção na condição de ajudar o aluno com dificuldade e necessidade educativa, para que o mesmo consiga aprender considerando-se suas peculiaridades.

A aproximação entre gestores e psicólogos escolares podem se configurar como uma relação parceira e apoio mútuo, visto que por um lado o psicólogo favorecedor de desenvolvimento e das inter-relações humanas, pode colaborar para promoção de espaços de diálogos e reflexões que favoreçam o rompimento do instituído na escola, por meio do enfrentamento e superação dos conflitos que podem contribuir para promoção da autonomia dos seus autores; por outro lado, os gestores, como articuladores das relações nos contextos educacionais podem favorecer e apoiar a inserção do psicólogo em diversos espaços, tais como: formação de professores, aproximação com grupos de alunos nos espaços em sala de aula e aproximações com a família (DUGNANI, 2016, p. 42).

Ou seja, a junção do psicólogo escolar com os membros da gestão pode contribuir de forma significativa para fortalecimento das relações na comunidade escolar, colaborando com ações para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Estimulando os docentes e os alunos a expor seus pontos de vista, com total acolhimento, sem julgamento ou autoritarismo favorecendo assim o desenvolvimento de espaço para o diálogo entre toda comunidade escolar, ou seja, gestores, professores, alunos e pais ou responsáveis. Para que todos se

sintam acolhidos e respeitados em suas opiniões mesmo que divergentes. Essas e outras ações são importantes para que o aluno se sinta pertencente ao espaço chamado escola e ao grupo chamado alunos, criando razões para querer estar, participar e ser agente ativo na sua educação, com isso, gera-se interesse em frequentar as aulas e esta é uma arma poderosa no combate à alienação e evasão escolar.

A importância do significado para ação humana tem sido bem percebida por grande parte dos dirigentes, que julgam a realidade “suficiente objetiva” para que todos vejam da mesma maneira. Todavia, os seres humanos, como cada vez mais esclarecem a psicologia, são seres inteligentes, o que quer dizer que seres que orientam suas ações por um objetivo que deriva da forma como leem a realidade. A ótica assumida pelo “leitor” dependerá da sua história de vida, de sua capacidade de perceber os fatores em jogo, e tem como elemento básico organizador o seu interesse vital; em outras palavras, o sujeito empenhar-se-á em concretizar as ações que lhe pareçam contribuir para que tenha sua vida preservada e continuada (SILVA, 2002, p. 40).

Como se pode ver na citação acima, o sujeito vai se empenhar cada vez mais para concretizar ações que tenham sentido histórico-social e que despertem interesse, porém, o que se vê são escolas alimentando uma educação alienante e conteudista.

A função do psicólogo escolar não é a resolução de problemas, nem a simples divulgação de teorias e conhecimentos psicológicos, mas de acordo com suas limitações, auxiliar a escola a eliminar os obstáculos que se colocam entre os sujeitos e o conhecimento (MEIRA; ANTUNES, 2003, p. 128).

As habilidades desse profissional e seus conhecimentos acerca da inclusão de alunos com necessidades especiais, do desenvolvimento de programas de ensino e na orientação a pais, professores e outros especialistas, se constituem como elementos relevantes para beneficiar projetos educativos que favoreçam a educação para todos (MARTÍNEZ, 2005).

Segundo Chauí (2014), a alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais em que se vive, resultado de ação humana e de condições históricas anteriores e determinadas. Ou seja, está relacionada com o estado mental, onde o sujeito se torna passivo, vivendo em desarmonia com ele mesmo, incapaz de compreender o que se passa no mundo renunciando ao seu direito pensar e agir por si próprio, aceitando tudo como um novo normal.

Bandura (2008) em sua Teoria Social Cognitiva, localiza o sujeito ativo no processo de aprendizagem. Segundo seu conceito de autoeficácia o aluno tem potencial de agir, planejar e se empenhar na busca de seus objetivos. Sendo assim é suma importância que o ensino se torne mais significativo e estimulantes para que o aluno saia do papel de passivo e receptor e se torne um agente ativo e transformador. Desenvolvendo todo seu protagonismo, o aluno e o professor se tornam atores no processo de ensino-aprendizagem, onde não há lugar para apenas um detentor de saberes, dando espaço a troca de saberes onde ambas as partes se tornam agentes na construção de conhecimento.

De acordo com Palonia e Dessem (2005) com uma relação harmoniosa entre a família e a escola o aprendizado se torna mais produtivo, pois o aluno recebe por parte de seus familiares confiança e estímulo valorativo, portanto a família deve ser compreendida como

um sistema ligado ao aluno em todas as suas dimensões, considerando seu contexto social e cultural favorecendo o seu apoio ao desenvolvimento afetivo, social e cognitivo do aluno. Ter a família como parceira da escola é uma ação necessária contra a evasão escolar e outros problemas comuns e urgentes nas escolas como depredação e violência.

Deve-se pensar ações que aproxime a comunidade e as famílias para dentro da escolas, considerando sua realidade social, para que não seja ações descontextualizadas e sem sentido para seus membros, é importante que todo esse trabalho de empoderamento e pertencimento também envolva os familiares, pensando juntos soluções, elaborando projetos socioeducativos e explorando todo o potencial da escola como espaço físico, docência e alunos e considerando também as potencialidades que se encontra na comunidade onde está inserida como ONGs, praças, Instituições religiosas e se pensar projetos que articule estes espaços para uma troca de conhecimento que traga benefícios tanto para escola, quanto para comunidade.

Segundo Antunes (2008), a psicologia pode contribuir com a educação e com a prática pedagógica, quando compreende os fatores presentes no processo educativo a partir de mediações teóricas “fortes”, com garantia de estabelecimento de relação entre teoria e prática pedagógica no cotidiano escolar. Ela deve propiciar a compreensão do educando a partir da perspectiva de classe e em suas condições concretas de vida necessária, para construir uma prática pedagógica inclusiva, que atenda às necessidades existentes.

A atuação do psicólogo na escola assume um papel primordial, levando em conta as bases metodológicas e instrumentos

de investigação que ele possui e que aplicadas devem favorecer a aprendizagem dos alunos, de forma significativa.

A Importância de Encontrar Sentido nas Práticas de Ensino

O mundo em que vivemos se transforma em uma velocidade muito superior à do sistema de educação tradicional. Por essa razão, o desafio de propor formas de aprendizado efetivas para as próximas gerações aumenta mais e mais a cada dia. Já que não sabemos exatamente o que o amanhã nos reserva, como preparar os jovens para os desafios do desconhecido?

Na prática, o entendimento é de que modelos de educação mais flexíveis têm mais condições de assimilar mudanças quando comparados a formatos rígidos. Afinal, como verificamos ao longo da história da humanidade, a capacidade de adaptação e de superação de adversidades garantem a continuidade da nossa existência (SANTOS et al., 2014).

Cercado por fragilidades, o ambiente educacional atualmente passa por problemas que afligem a educação brasileira. A inexistência de estrutura adequada que atenda as especificidades dos alunos, a falta de comprometimento dos pais com a formação dos seus filhos, e muitas vezes a ausência de perspectiva para o professor, ocasionam nesse cenário desestimulante e pertinente na maior parte das escolas públicas, tornando entraves para um ensino de qualidade (LISBOA; LIMA; MENEZES, 2021).

Para reverter essa situação é fundamental que o professor exija de si a capacidade de buscar novas práticas de ensino que se adequem ao campo escolar e aos seus alunos. Nesse sentido, faz-se necessário o planejamento de atividade que proporcione e incentive o aluno como

um sujeito ativo, e, quando aplicadas coerentemente, os objetivos são atingidos e conseqüentemente os resultados são frutos de uma aprendizagem construtiva e de qualidade (LISBOA; LIMA; MENEZES, 2021).

Puntel (2007, p. 89) contribui acrescentando que “o ensino só vai ter sentido quando for construído, e isso só vai acontecer quando houver comprometimento por parte do educador que precisa problematizar, questionar, provocar, confrontar”.

Dessa forma, cabe ao professor mediador do processo de ensino e aprendizagem dinamizar suas aulas e apresentar ao seu aluno uma nova maneira de aprender. Assim, a prática utilizada pelo professor é uma tentativa de ultrapassar os obstáculos presentes no ambiente educacional, que como salienta Santos et al. (2014, p. 3) “a educação deve ser compreendida em uma perspectiva de construção dos sujeitos por meio de uma prática docente que permita a troca de saberes e o compartilhamento de informações objetivas e contextualizadas”.

Segundo Lisboa, Lima e Menezes (2021), o emprego de novas metodologias de ensino que auxiliem o aluno na interpretação e compreensão dos conteúdos expostos, contribuem não só para o aprendizado, mas na relação professor e aluno, estreitando as distâncias ao aproxima-los e desmistificando a ideia do professor como detentor do saber ao compartilhar os conhecimentos.

[...] a relação professor/aluno em meio ao ensino/aprendizagem, depende fundamentalmente, do ambiente estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão

dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles (BRAIT et al., 2010, p. 6).

Assim, é possível compreender a sua eficácia no ambiente educacional em ambos os sujeitos, refletido na sociedade ao tornar cidadãos críticos e participativos das nuances do seu entorno.

Neste sentido, percebe-se o quanto é importante o trabalho do professor, que além de ministrar as aulas e dominar o conteúdo, o mesmo deve despertar no seu aluno a criticidade por meio do ensino, que quando acompanhado das práticas facilita a compreensão, instigando a participar das decisões fora dos muros escolares, preparando assim sujeitos ativos na construção de uma sociedade de valores, crítica e de qualidade (LISBOA; LIMA; MENEZES, 2021).

Por estas razões a busca pela dinamização do ensino vêm sendo apontada como um dos caminhos capazes de tornar o ensino mais atrativo, interessante e de qualidade (LISBOA; LIMA; MENEZES, 2021). Encorajando os professores a persistirem na educação em meios aos devaneios da profissão, e fazendo acreditar em seu trabalho como transformadores e construtores de sonhos, percebemos o quanto podemos modificar a realidade no âmbito escolar por meio de atividades que incentivem os discentes a tornar agentes do conhecimento.

A busca por um modelo de ensino focado no ensino-aprendizagem significativo transcende a abordagem tradicional, baseada na transferência de informações do educador para o educando de maneira unidirecional, e procura desenvolver um sujeito crítico e questionador, reconstrutor da realidade.

Conforme Von Linsingen (2010, p. 114) “o ideal é articular as diferentes abordagens de acordo com a situação de ensino”. O uso

de teorias de ensino diferentes enriquece o trabalho em sala de aula, portanto, podemos somar, por exemplo, a abordagem construtivista e a cognitiva objetivando qualificar o processo de aprendizagem.

Nessas perspectivas, as atividades experimentais constituem relevante ferramenta que permite ao professor constatar e problematizar o conhecimento prévio dos seus alunos, estimular a pesquisa, a investigação e a busca da solução de problemas. A postura experimental permite à exploração do novo e à incerteza de se alcançar os resultados esperados da pesquisa, além da ideia de tornar o aluno o sujeito da ação (RONQUI, 2009).

A experimentação possibilita ao estudante pensar sobre o mundo de forma científica, ampliando seu aprendizado sobre a natureza e estimulando habilidades, como a observação, a obtenção e a organização de dados, bem como a reflexão e a discussão. Assim é possível produzir conhecimento a partir de ações e não apenas por meio de aulas expositivas, tornando o aluno o sujeito da aprendizagem (VIVIANI; COSTA, 2010, p. 50-51).

Entender a ideia de ensino reflexivo implica procurar as suas raízes no pensamento sobre a educação. Importa, então, caracterizar o pensamento reflexivo de que fala John Dewey, destacar o termo reflexão e os vários tipos de reflexão descritos por Donald Schön, bem como conhecer outros contributos, como os de Zeichner ou Van Manem. As investigações em torno da prática reflexiva têm vindo a aumentar nos últimos anos contribuindo para a clarificação de conceitos e proporcionando um modelo de fundamentação do processo de ensino, contrapondo-se, assim, a uma visão tecnicista da prática profissional (OLIVEIRA; SERRAZINA, 2002).

De acordo com Oliveira e Serrazina (2002), a capacidade para refletir emerge quando há o reconhecimento de um problema, de um dilema e a aceitação da incerteza. O pensamento crítico ou reflexivo tem subjacente uma avaliação contínua de crenças, de princípios e de hipóteses face a um conjunto de dados e de possíveis interpretações desses dados.

O processo reflexivo caracteriza-se por um vaivém permanente entre acontecer e compreender na procura de significado das experiências vividas. Há, através das práticas, um ganho na compreensão e esta nova compreensão pode fazer surgir um *insight* sobre o que significa ser professor (OLIVEIRA; SERRAZINA, 2002). Deste modo, a *artistry* do professor, metáfora útil para expressar o que os professores em cooperação são capazes de fazer, vai-se desenvolvendo.

Ensinar constitui uma forma de reflexão na ação, isto é, reflete-se sobre os acontecimentos e sobre as formas espontâneas de pensar e de agir de alguém, surgidas no contexto da ação, que orientam a ação posterior.

A Relação Entre Escola e Comunidade

Pelas exigências impostas à escola, a sociedade sempre influenciou o seu funcionamento, sendo hoje verdade, talvez mais do que nunca, que a escola também tem uma grande influência nessa mesma sociedade, consubstanciando uma realidade cada vez mais presente na criação e desenvolvimento de expectativas e aspirações, pela criação e desenvolvimento de competências necessárias à promoção da qualidade de vida das crianças e jovens e,

consequentemente, pela determinação dos ciclos de vida das populações (SOUSA; SARMENTO, 2010).

Durante anos, a escola constituiu-se como um espaço fechado e à margem da comunidade, uma vez que lhe competia apenas a função de instrução formal, o que lhe permitia comportar-se como uma sociedade dentro da sociedade geral. Em consequência deste comportamento insular da escola, a sua relação com a comunidade desenvolveu-se essencialmente num registro negativo: as famílias só eram chamadas à escola quando havia problemas com os filhos e “só eram convidadas para atividades em que tinham um papel meramente de espectador” (MARUJO: NETO; PERLOIRO, 2005, p. 149).

Sousa e Sarmiento (2010) relatam que a escola não via de forma positiva a vinda à escola por parte dos pais mais interessados, entendendo essa atitude de intervenção como uma ameaça ao exercício das suas funções. Por outro lado, a família tinha tendência para perceber a escola de forma crítica e desinvestida, pedindo apenas contas relativamente ao insucesso, que prontamente justificava com erros de métodos ou de conteúdo.

Nem sempre os familiares dos alunos têm livre acesso as unidades de ensino para participar de alguma forma no processo educacional dos seus filhos. Eles não eram vistos com bons olhos pela equipe pedagógica e a “sua presença ali só se dava através de convocação por parte da direção para participarem de alguns eventos promovidos pela escola (SILVA; GOMES; SANTANA, 2016).

Em meados do século XX foi notório o aumento de importância atribuído à escolarização, levando essa sua crescente importância política e social ao conseqüente aparecimento de novos problemas e desafios à instituição escolar, decorrentes, nomeada-

mente, da sua massificação. Assim, apresenta-se como fundamental a interação positiva da escola com a família, por forma a desenvolver-se em uma relação colaborativa entre estas duas instituições mutuamente responsáveis pelo prosseguimento adequado do processo de escolarização e educação (SOUSA; SARMENTO, 2010).

A relação entre escola e comunidade educativa vem assumindo uma centralidade crescente nas últimas décadas, quer enquanto alvo de atenção dos debates sociais e políticos, quer como objeto de pesquisa educativa. Esta situação tem origem em tendências de evolução na organização do sistema educativo, as quais, por seu turno, são indissociáveis de resultados da pesquisa educativa. Neste sentido, a relação entre escola e comunidade configura, simultaneamente, uma área de ação educacional e uma temática de investigação educativa que hoje se revestem de significativa relevância social e científica (ALVES; VARELA, 2012).

A universalização do ensino trouxe a diversidade para dentro das salas de aula. Novos contingentes populacionais, pouco habituados ao universo escolar, passam a fazer parte deste cotidiano. A escola de hoje está aberta a todos, àqueles que vão cursar uma faculdade e àqueles que vão desempenhar outras funções sociais que não requerem tal grau de formação. A integração desses alunos e alunas, muitos deles filhos e filhas de pais não-escolarizados e, portanto, representantes de uma primeira geração que tem acesso ao ensino escolar, aponta para a necessidade de uma educação capaz de fortalecer os vínculos entre os alunos e alunas, suas famílias e a escola (ARAÚJO; KLEIN, 2006).

De acordo com Piletti (2004, p.100), “da mesma forma que a escola, para realizar eficazmente seu trabalho, precisa estar na

comunidade, esta não pode estar ausente da escola”. Pois, há necessidade de estarem sempre em parceria buscando assim usufruir o que a comunidade tem de melhor para beneficiar a instituição de ensino tais como, prestação de serviços voluntários auxiliando a equipe pedagógica com aulas de culinária, artesanato, informática, contação de história ou até na manutenção do espaço físico do prédio para que elas possam ver que é possível melhorar a qualidade do ensino.

A escola não pode mais ser entendida como uma organização social isolada, a qual se valida e justifica internamente. A escola deve ser encarada como uma organização social que se insere numa determinada comunidade, a qual tem de ser tida em conta na enunciação dos seus objetivos e perante a qual tem de se responsabilizar em termos de resultados (ALVES; VARELA, 2012).

Assim, uma perspectiva atomística da educação é substituída por uma perspectiva sistêmica, considerando-se a escola como um sistema aberto, que resulta de uma dissolução das fronteiras entre a escola e a comunidade envolvente (BRANCO, 2007). A expressão “envolver para desenvolver”, adotada por Marques (2003) no seu estudo sobre parcerias educativas, é também ilustrativa desta tendência evolutiva.

Com efeito, face aos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade, pelo seu papel essencial no desenvolvimento contínuo das sociedades, constituindo a educação escolar, uma necessidade e uma exigência à qual não é possível nem desejável escapar (SOUSA; SARMENTO, 2010).

Sousa e Sarmiento (2010) ainda relatam que, numa sociedade multicultural, altamente competitiva, exigente e seletiva como a atual,

que evolui continuamente de forma dinâmica, e na qual se inscreve a ação educativa, construída por influência de contextos vários, cabe à escola a responsabilidade de se multiplicar em estratégias e ações, reinventando-se permanentemente para ajudar os alunos a desenvolverem competências essenciais com vista à sua promoção pessoal, social e profissional.

Os autores ainda complementam dizendo que:

Assim, considerando como finalidades da educação escolar a formação pessoal, a integração social e a estimulação, a escola depara-se com a necessidade de romper com a chamada “escola tradicional”, centrada em si mesma, e a premência de uma verdadeira relação de parceria com a família, partindo da premissa, irrefutável, de que esta constitui a primeira e permanente responsável e promotora da formação global do seu educando (SOUSA; SARMENTO, 2010, p. 142-143).

Sendo vários os estudos publicados (MARQUES, 2001; VILLAS-BOAS, 2001; SILVA, 2003; CANÁRIO, 2009) que evidenciam a existência de uma correlação forte e positiva entre os resultados escolares, a assiduidade e o comportamento dos alunos e a existência e qualidade do envolvimento das famílias, é hoje consensual a necessidade vital de se estabelecer e desenvolver uma cooperação estreita entre a escola e a família, sob pena de se não cumprirem os objetivos esperados da função educativa.

A ação educativa é tarefa de toda a sociedade, de todas as instâncias educativas por onde passa a criança. No entanto, tal como igualmente registrado, ninguém nega a evidência de que à família cabe a primeira e permanente responsabilidade de orientar e desenvolver competências que permitam a construção de um projeto de vida

consentâneo com as suas potencialidades e aspirações (BALLENATO, 2009).

Sousa e Sarmiento (2010, p. 151) ainda ressaltam:

As características organizacionais e funcionais da escola são, igualmente, apontadas pela literatura como uma barreira à participação e envolvimento das famílias. À forma rígida e centralizada de funcionamento, acresce a desadequação dos espaços e dos horários de atendimento aos pais; a falta de um espaço gerido por estes, onde se possam encontrar informalmente e planificar a sua intervenção; a falta de formação especializada dos professores, sobretudo dos directores de turma, para se relacionarem com as famílias e as comunidades; o uso de uma linguagem demasiado técnica e codificada; o pendor altamente burocrático do seu funcionamento e o “fechamento” à intervenção, opinião e crítica externa.

Araújo e Klein (2006) relatam que os quatro grandes eixos temáticos propostos para uma educação voltada para a cidadania enfatizam a importância da interação entre escola e comunidade, trazendo aspectos da vida em sociedade para o currículo escolar. Assim, o cerne desta proposta é tornar os recursos da cidade e, prioritariamente, do entorno da escola, como espaços de aprendizagem, promoção e garantia de direitos.

Torres (2005) afirma que a educação deve deixar de ser vista como função apenas da comunidade escolar para que seja assumida pela comunidade de aprendizagem, de forma que os diferentes recursos e disciplinas locais possam ser utilizados no processo educativo.

De acordo com Araújo e Klein (2006), deve-se estudar formas de ampliação dos espaços educativos, rompendo os limites físicos dos muros escolares, pode ser um bom caminho para uma educação em valores éticos e democráticos, que visam a cidadania. Reforçar a importância da articulação entre sujeito e cultura/ sociedade na construção da cidadania e de relações mais justas e solidárias no seio da comunidade onde cada um vive, pode indicar possibilidades para o desenvolvimento de ações educativas que levem a uma reorganização da escola na forma em que está estruturada, tanto do ponto de vista físico quanto pedagógico.

De acordo com Silva, Gomes e Santana (2016), é necessário que a comunidade e a escola se encarem responsabilmente como parceiras de caminhada, já que, ambas são responsáveis pelo que produz, podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra.

É impossível colocar à parte escola, família e comunidade, pois, se o indivíduo é aluno, filho e cidadão ao mesmo tempo, a tarefa de ensinar não compete apenas à escola, porque o aluno aprende também através da família, dos amigos, das pessoas que ele considera significativas, dos meios de comunicação, do cotidiano (SILVA; GOMES; SANTANA, 2016).

Sendo assim, é preciso que professores, família e sociedade tenham claro que a escola precisa contar com o envolvimento de todos.

Considerações Finais

O profissional de Psicologia escolar deve estar apto para estruturar, implantar e transformar saberes. Sendo assim, é um agente imprescindível para a construção e incorporações de valores no âmbito acadêmico. A intervenção do psicólogo em instituições de ensino deve ocorrer de maneira preventiva; desta forma, o profissional precisa estar apto para intervir em situações suscetíveis ao acarretamento de problemas maiores. O psicólogo escolar deve prestar atendimento para alunos, pais, professores e demais funcionários. Sua função é promover o bem-estar social.

Este profissional busca, ainda, interagir junto ao educando e desenvolver ações educativas que promovam a saúde mental para todos do espaço escolar. Dentre suas funções pontua-se: avaliar problemas de aprendizagem, problemas de adaptação escolar e integração da família, escola e sociedade. O psicólogo escolar desenvolve também trabalhos com outros profissionais, podendo intervir nos planejamentos e práticas educacionais.

A Psicologia Escolar tem apresentado em seus estudos ações possíveis de serem implementadas no âmbito da relação família-escola, porém para desenvolver atuações contextualizadas e que gerem respostas às demandas educacionais, é imprescindível uma imersão contínua no contexto, visando conhecer a comunidade escolar em que se está atuando.

Dessa forma, sugere-se que o psicólogo desenvolva instrumentos e procedimentos para o levantamento de informações relevantes sobre os pais/responsáveis, seu ambiente social, concepções e expectativas sobre o processo de escolarização dos filhos, a exemplo de um questionário direcionado aos pais, que pode ser administrado

desde o período de matrícula, visando fornecer informações sobre a história de escolarização das crianças e dos adolescentes, de suas famílias e da comunidade onde se inserem, contribuindo para um olhar mais ampliado e realista sobre a comunidade escolar e as famílias.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Sociologia da educação não-formal**. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos**. Campinas: Setembro, 2005.

ALVES, M. G.; VARELA, T. Construir a relação escola-comunidade educativa: uma abordagem exploratória no concelho de Almada. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 25, n. 2, p. 35-61, 2012.

ARAÚJO, U. F.; KLEIN, A. M. Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral. **Cadernos Cenpec**, n. 2, p. 119-125, 2006.

ARAÚJO, U.F. **Temas transversais: pedagogia de projetos e mudança na educação**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. 3. ed. Tomo III. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1953.

BALLENATO, G. **Educar sem gritar**. Lisboa: A esfera dos Livros. 2009.

BANDURA, A. A evolução da teoria social cognitiva. In: BANDURA, A.; AZZI, R.G.; POLYODORO, S. (Org.). **Teoria**

social cognitiva: conceitos básicos. Porto Alegre: Artmad, 2008. p. 15-41.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P.R. psicólogo escolar ou educacional? Eis a questão. **Revista Semanal da Associação Brasileira de psicologia escolar e educacional**, v. 16, n. 1, p. 163-173, 2012.

BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 393-402, 2010.

BATISTA, S. H. F. *et al.* (Org.) **Revisitando a prática docente:** interdisciplinaridade, políticas públicas e formação. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2003.

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos:** educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

BOSCATO, Eli. O universo cultural das ruas. **OBVIOUS**, Disponível em http://lounge.obviousmag.org/por_tras_do_espelho/2015/08/o-universo-cultural-das-ruas.html#ixzz6dp3SjdTd. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRAIT, L. F. R. MACEDO, K. M. de. SILVA, F. B. da. A relação professor/aluno no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí- UFG**, v. 8, n. 1, jan./jul. 2010.

BRANCO, L. **A escola comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos.** Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 18 jun. 2022.

CANÁRIO, R. Escola/família/comunidade para uma sociedade educativa. *In*: Concelho Nacional de Educação (Org.). **Seminário Escola, família e comunidade**. Lisboa: CNE. 2009. p. 105-140.

COLUMINA, R.; ONRUBIA, J. Interação educacional e aprendizagem escolar: a interação entre alunos. *In*: COLL, C.; MARQUESI, A.; PALACIOS, J. (ORGS). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia na educação escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 280-293.

COLUMINA, R.; ONRUBIA, J. ROCHERA, M. Interatividade, mecanismos de influência educacional e construção do conhecimento na sala de aula. *In*: COLL, C.; MARQUESI, A.; PALACIOS, J. (ORGS). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia na educação escolar**, v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 294-308.

DUGNANI, L. A. C. **Psicologia escolar e suas práticas de gestão na escola**: um estudo sobre os processos de mudanças mediados pela vontade. 2006. 199 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), Campinas, 2016.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LISBOA, M. D.; LIMA, T. C.; MENEZES, S. S. M. **A importância de novas práticas de ensino no processo de aprendizagem**. 2021. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/viewFile/4705/1673>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MARQUES, E. **Envolver para desenvolver**: um estudo de caso sobre as parcerias educativas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

MARQUES, R. **Educar com os pais**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MARUJO, H. A.; NETO, L. M.; PERLOIRO, M. F. **A família e o sucesso escolar**. 4. ed. Lisboa: Edições Científica Editorial Presença, 2005.

MASSI, C. D. B.; GIACÓIA, O. **Ética e educação**. seminários e debates. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

OLIVEIRA, I.; SERRAZINA, L. **A reflexão e o professor como investigador**. ACADEMIA - Acceleratingtheworld'sresearch. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260942853_A_reflexao_e_o_professor_como_investigador. Acesso em: 18 jun. 2022.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**. São Paulo: Ática, 2004.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

PUNTEL, Geovane Aparecida. Os Mistérios de Ensinar e Aprender Geografia. *In*: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RIBEIRO, P. M. História da educação no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 4, p. 15-30, jul., 1993.

RONQUI, Ludimilla; SOUZA, Marco Rodrigo de; FREITAS, Fernando Jorge Coreia de. A importância das atividades práticas na área de biologia. **Revista científica da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal – FACIMED**, 2009.

SANTOS, J. I. de; LIMA, G. A. C.; OLIVEIRA, D. A. de. **A didática e o ensino de Geografia: um olhar sobre a prática docente e a aprendizagem**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, ES: agosto de 2014.

SILVA, E.; GOMES, L. S.; SANTANA, V. H. **Escola e comunidade: uma relação necessária**. Portal FSLF – Educação. 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc10.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SILVA, J. M. Políticas públicas e formação docente: o problema da (in)disciplina examinado sobre ótica de um “currículo formativo”. *In*: ANTUNES, M. (Org.). **Psicologia escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 11-62.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do estado e do mercado? A experiência da campanha nacional de escolas da comunidade – CNEC (1985-1998)**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SOUSA, M. M.; SARMENTO, T. Escola – família – comunidade: uma relação para o sucesso educativo. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 17-18, p. 141-156, 2010.

TORRES, R. Comunidad de aprendizaje. *In*: MEDEIROS, B.; GALIANO, M. **Barrioescuela**: movilizandoeel potencial educativo de lacomunidad. São Paulo: Fundação Abrinq, Unicef, Cidade Escola Aprendiz, 2005.

VILLAS-BOAS, M. A. **Escola e família**: uma relação produtividade aprendizagem em sociedades multiculturais. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus. 2001.

VIVIANI, Daniela; COSTA, Arlindo. **Práticas de ensino de ciências biológicas**. Indaial: Centro Universitário Leonardo da Vinci, 2010.

VON LINSINGEN, Luana. **Ciências biológicas e os PCNs**. Indaial: Centro Universitário Leonardo da Vinci, 2010.

ZANELLA, L. Aprendizagem: uma introdução. *In*: ROSA, J. (Org.). **Psicologia e educação**: significado do aprender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 23-38.